



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
23ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2025.0000053711

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2003751-87.2025.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante DANIELA MORANDE GALHARDO, são agravados BANCO C6 CONSIGNADO S/A e BANCO DAYCOVAL S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso, com determinação. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores RÉGIS RODRIGUES BONVICINO (Presidente sem voto), EMÍLIO MIGLIANO NETO E JOSÉ MARCOS MARRONE.

São Paulo, 27 de janeiro de 2025.

JORGE TOSTA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Agravo de Instrumento nº 2003751-87.2025.8.26.0000

Agravante: Daniela Morande Galhardo

Agravados: Banco C6 Consignado S/A e Banco Daycoval S/A

Origem: Foro Central Cível/12ª Vara Cível

Juiz de 1ª instância: Isabela Canesin Dourado Figueiredo Costa

Relator(a): JORGE TOSTA

Órgão Julgador: 23ª Câmara de Direito Privado

Voto nº 8900

Agravo de instrumento – Decisão que indeferiu o pedido de gratuidade judiciária em ação de produção antecipada de provas - Insurgência da autora – Alegação de hipossuficiência econômica não comprovada - Inteligência do art. 99, §2º, CPC - Determinação de recolhimento das custas de preparo do agravo, nos termos dos arts. 99, §7º e 101, §2º, do CPC, sob pena de inscrição na dívida ativa e no CADIN – Decisão mantida - RECURSO IMPROVIDO, com determinação.

Trata-se de agravo de instrumento interposto em ação de produção antecipada de provas, em trâmite perante a 12ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, contra decisão proferida às fls. 124/125 dos autos de origem, a qual indeferiu o pedido de justiça gratuita à autora e determinou o recolhimento das custas processuais, no prazo de 05 dias, sob pena de cancelamento da distribuição.

Alega a agravante, em síntese, que: **a)** conforme consta nos extratos folhas 22-63, atualmente a agravante tem como renda bruta 1 salário mínimo, pois há alguns descontos referentes a empréstimos, os quais perfazem uma renda líquida de R\$ 323,00; **b)** foi acostado aos autos declaração de hipossuficiência perfeitamente válida,

o que já é suficiente para justificar a concessão da gratuidade integral judiciária à parte autora; c) a jurisprudência vem pacificando o entendimento no sentido de fixar, como critério, o patamar de renda máxima de até 03 (três) salários-mínimos por mês.

Pugna pela atribuição do efeito suspensivo ao recurso, nos termos do artigo 1019, I, do CPC e, a final, o provimento do agravo.

Recurso tempestivo. Não houve recolhimento do preparo (art. 99, § 7º, do CPC).

Desnecessária a intimação da parte contrária.

Sem oposição ao julgamento virtual.

É o relatório do essencial.

VOTO.

O recurso não comporta acolhida.

É cediço que o instituto da assistência judiciária é instrumento voltado à ampliação do acesso à justiça àqueles desfavorecidos financeiramente.

Todavia, o benefício da justiça gratuita à pessoa natural ou jurídica, embora amparado por lei (art. 98 do CPC¹), constitui medida excepcional, que somente pode ser concedido em caso de notória insuficiência de recursos para pagar as custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

¹ Art. 98. *A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.*

A agravante não comprovou a alegada insuficiência de recursos.

Isto porque, oportunizada a juntada de documentos comprobatórios, ocasião em que o magistrado singular concedeu prazo nesse sentido (fls. 77/81 dos autos de origem), a agravante não apresentou toda a documentação solicitada pelo Juízo *a quo*, e nem ao ensejo da interposição deste agravo, quando poderia fazê-lo.

Deixou de juntar declaração de isenção tributária (o documento juntado às fls. 68/70 dos autos de origem, apenas comprova que não há valores a restituir, mas não comprova que a agravante não declarou IR), e não juntou os extratos bancários de todas as contas de sua titularidade e extratos de cartões de crédito.

Ressalta-se que a complementação dos documentos requeridos pelo juízo de origem não é medida de extrema dificuldade que justifique o não atendimento pela parte.

Assim, não há elementos concretos de convicção a respeito da hipossuficiência financeira da parte postulante, decorrente da sua própria desídia, o que é inadmissível.

É fato que, do preceito contido no §3º do art. 99 do CPC, depreende-se ter o legislador estabelecido a presunção de veracidade da alegação de insuficiência deduzida por pessoas naturais. Todavia, o art. 99, §2º, do mesmo diploma inaugura uma presunção *iuris tantum*, passível de desconstituição no exercício do controle jurisdicional, com o fito de impedir o seu desvirtuamento.

Nesse sentido, destaca-se o valioso posicionamento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
23ª Câmara de Direito Privado

do Douto Desembargador Euripedes Faim, da Colenda 15ª Câmara de Direito Público, nos autos do processo 0018202-13.2019.8.26.0114/50001:

“Importante registrar que a concessão indiscriminada da gratuidade onera o Estado, que deixa de receber os valores relativos às custas e despesas processuais. Além disso, o abuso do instituto esvazia uma das funções do preparo recursal, que é a de desestimular recursos manifestamente infundados e protelatórios. Estimula-se, com isso, a litigiosidade, drenando ainda mais os recursos públicos. Com menos recursos, o Estado investe menos em outros mecanismos para garantir o acesso à Justiça, como a estruturação e ampliação das Defensorias Públicas. Conclui-se, então, que o mau uso da gratuidade ofende o mesmo direito para a efetivação do qual o instituto foi criado”.

À vista dessas considerações, confirma-se o indeferimento dos benefícios da gratuidade processual à agravante, mantendo-se a decisão recorrida.

Por fim, nos termos dos arts. 99, §7º e 101, §2º, ambos do CPC, deverá a agravante providenciar, **em 5 (cinco) dias**, o recolhimento do preparo deste recurso, sob pena de inscrição na dívida ativa e no CADIN, **cabendo ao douto Juízo a quo acompanhar o cumprimento desta determinação, adotando as providências cabíveis.**

Posto isso e considerando todo o mais que dos autos consta, pelo meu voto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso interposto.

JORGE TOSTA
Relator